



Município de Jacareí

Procuradoria Geral do Município

PARECER Nº 010/PGM/2026

Ref: GPRO 128522 / 2025

Assunto: Doação

O presente parecer refere-se à doação do letreiro “**EU AMO JACAREÍ**”, que contará com a **inserção** da marca da empresa patrocinadora. O projeto tem como objetivo fortalecer a identidade visual da cidade, promover o turismo e atrair visitantes, gerando assim um aumento no fluxo de pessoas e no movimento do comércio local. A proposta prevê que a marca da empresa patrocinadora seja destacada no centro do letreiro, o que garantirá grande visibilidade e uma associação direta da marca à promoção e valorização do município.

O processo foi regularmente instruído com a proposta formal da interessada, declaração de conformidade firmada por seu representante legal, documento de identificação, além de certidões negativas fiscais que atestam a regularidade da empresa. Ressalte-se que tais certidões cumprem papel essencial para a higidez do procedimento, uma vez que o Decreto nº 165/2025, em seu art. 12, admite a **recusa** de doações feitas por pessoas jurídicas que estejam em débito com a seguridade social ou em situação de impedimento de contratar com o Poder Público.

“Art. 12 As doações poderão ser recusadas nas seguintes hipóteses:

I - oferecimento por pessoa física condenada por ato de improbidade ou crime contra a administração pública;



Município de Jacareí

Procuradoria Geral do Município

II - oferecimento por pessoa jurídica:

a) declarada inidônea ou impedida de contratar com o poder público;

b) com sócios majoritários condenados nos termos da legislação anticorrupção;

III - quando a doação implicar conflito de interesses;

IV - quando gerar obrigação futura de contratação direta com o doador;

V - quando importar em custos ou encargos desproporcionais ou contrariar o interesse público ou normas ambientais, urbanísticas, sanitárias ou de outra natureza jurídica;

VI - quando o doador estiver em débito com a seguridade social;

VII - apresentem vínculos com objetivos políticos, eleitorais ou contrários ao interesse público.

Parágrafo único. A recusa será formalizada por decisão do Chefe do Executivo, com base em parecer técnico da Comissão Especial.”

Também foi instituída a Comissão Especial de Análise de Doações, por meio da Portaria nº 1.469/2025 nos termos do art. 4º do Decreto.

“Art 4º Será criada, para cada solicitação de doação, uma Comissão Especial de Análise de



Município de Jacareí

Procuradoria Geral do Município

Doações, com a finalidade de avaliar, sob os aspectos técnicos e de interesse público, as propostas de doações de valores, bens móveis, imóveis, serviços, projetos e obras destinadas ao Município de Jacareí.

§ 1º A Comissão Especial será composta por, no mínimo, três membros, designados por ato do Chefe do Executivo, sendo:

I - 01 (um) representante membro da área técnica específica, de acordo com a natureza da doação a ser analisada;

II - 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

III - 01 (um) representante da Secretaria de Governo.

§ 2º Compete à Comissão Especial:

I - receber e analisar a documentação das propostas de doação;

II - solicitar, se necessário, diligências, informações complementares ou pareceres técnicos;

III - elaborar parecer técnico conclusivo quanto à viabilidade e adequação da doação ao interesse público;



Município de Jacareí

Procuradoria Geral do Município

IV - encaminhar o processo com manifestação fundamentada ao Chefe do Poder Executivo para decisão final.”

Foi requerido à Comissão Especial que, em diligência, entrasse em contato com a doadora para o envio das certidões, as quais foram devidamente encaminhadas.

Do exame dos documentos juntados, observa-se o cumprimento integral dos requisitos legais: a empresa encontra-se regularmente constituída e em situação fiscal e previdenciária regular; a proposta descreve de forma adequada o objeto da doação; a declaração de conformidade reafirma a gratuidade, irrevogabilidade e irretratabilidade do compromisso, conforme previsto no art. 3º, IV, do Decreto nº 165/2025; e não se vislumbra qualquer hipótese de recusa.

Diante do exposto, esta Procuradoria entende que a proposta de doação apresentada pela **SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO MUNICIPIO DE JACAREI**, atende integralmente aos requisitos da Lei nº 6.730/2025 e do Decreto nº 165/2025, sendo juridicamente viável sua aceitação pelo Município, desde que observada a formalização por decisão do Chefe do Executivo e pela celebração do respectivo termo de doação, com as cautelas acima indicadas.

Encaminhe-se o presente à Comissão Especial de Análise de Doações para ciência e análise.

Este, SMJ, é o parecer.

Jacareí, 21 de janeiro de 2026.

DIOGO SASAKI

Procurador Municipal



Município de Jacareí

Procuradoria Geral do Município
